

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SÚMULA

Aos 17 de dezembro de 1996, no Esporte Clube Santa Sofia, em Pedreira, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de mais de uma centena de pessoas, sendo representantes de Municípios, Sociedade Civil e do Estado, conforme lista de presença anexa, e do público registrado em livro próprio. Após a recepção aos presentes, foi composta a mesa dirigente dos trabalhos com os senhores Antônio Carlos de Mendes Thame, Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; Carlos Cruz, Vice Prefeito eleito de Campinas; Hamilton Bernardes Jr., Prefeito Municipal de Pedreira; João Batista C. Cintra, Prefeito Municipal de Amparo; Adriana A. R. V. Iseburg, representante de Campinas; Antônio Doimo, representante de Corumbataí; Pedro Well, representante de Holambra; Luciene Marin Vieira, representante de Itatiba; Márcia Calamari, representante da Sec. Meio Ambiente; Armando Carlos Brandini, representante da CETESB; Nelson Luiz Barbosa, representante da Fundação Florestal; Francisco Pazelli Ometto, representante do Sind. Rural de Limeira; Wilson A. Bonança, representante do Sind. Rural de Jundiá; Durval Rodrigues de Paula, representante da UNICAMP; Jorge Luiz S. Rocco, representante da AEAL; J. Marco Pareja C., representante da Preservação; Walter Antônio Becari, representante da SODEMAP; Ynayá Augusta dos Santos, representante da AANC; Mário S. B. Rodrigues, representante da Sec. Planejamento/Gestão; Luiz Carlos Maranhão, representante da Sec. Agric./Abast.; Augusto O. Leite, representante da Sec. Transportes; Fernando B. Júnior, representante da Sec. Ciência/Tecnologia; Antônio Carlos Scomparim, representante da CODASP; James A. M. Landmann, representante do Sind. Rural de Indaiatuba; Régis R. Maciel, representante do Sind. Rural de Campinas; Rosani F. F. Novaes, representante da APASB; Humberto de Campos, Prefeito Eleito de Piracicaba; Alberto Belan, Convidado; José de Lima, Prefeito Eleito de Bragança Paulista; Fábio Zuza, Vice Prefeito eleito de Iracemápolis; José Garcia da Costa, Prefeito eleito de Joanópolis; Humberto Manoel Cruz, Prefeito eleito de Nazaré Paulista; Marco A. N. Santos, Prefeito eleito de Rafard; Lúcio Ferraz de Arruda, Prefeito eleito de Saltinho; João Carlos Vitte, Prefeito eleito de Santa Gertrudes; Antônio F. P. Zabim, representante da ACIL; Pedro C. Pociotti, representante da S.R.H.S.O.; e Rui Brasil Assis, Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário Executivo do CBH-PCJ.

1. Abertura e verificação de presença

Dando início à reunião, o senhor Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do CBH-PCJ,

agradece a presença de todos, ressalta a participação de algumas pessoas pela primeira vez e lembra que algumas pessoas presentes já participaram das reuniões que vem sendo realizadas com os Prefeitos eleitos, reuniões estas que têm a finalidade de esclarecer o papel do Comitê. Fez um breve relato histórico sobre a formação do Comitê, ressaltando que se trata do mais adiantado em organização institucional, o primeiro a ser montado e a receber verbas do FEHIDRO e apresenta grande adesão da sociedade em geral. Acrescenta que, em breve, poderemos se a região a implantar a primeira Agência de Bacia do país. Esclarece ainda, que esta é uma reunião de transição, porque no próximo ano ocorrerá a eleição dos novos dirigentes para o próximo biênio.

Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Prefeito de Pedreira, Sr. Hamilton Bernardes Jr., que faz comentários sobre a atuação da Presidência do Comitê, que não mediu esforços para trazer recursos para a região e comenta que Pedreira foi um dos poucos município que obtiveram esses recursos junto ao FEHIDRO, resalta a necessidade de obter mais recursos nacionais e internacionais para atender as necessidades dos municípios da bacia e que a criação da Agência de Bacias facilitará este processo.

Dando prosseguimento, o senhor Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do CBH-PCJ, discute a Leitura e Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária e passa a palavra ao senhor Rui Brasil Assis, Secretário Executivo, que constata a existência de quorum e registra a presença de municípios, membros da sociedade civil e órgãos do estado.

2. Leitura e Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária

Considerando a distribuição prévia, é solicitada e aceita a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária. Passando-se à votação, é aprovado por unanimidade.

3. Comunicações:

3.1 Da Presidência:

O Presidente do CBH-PCJ, senhor Antônio Carlos de Mendes Thame, comunicou o seguinte:

Aprovação, em 12 de dezembro último, da Lei Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Senado, sem emendas;

Realização de reuniões com os Prefeitos eleitos ou seus representantes, em Piracicaba, Limeira e Jundiá, com a finalidade de explicar o que é o Comitê, sua composição, suas competências e outros aspectos; tendo em vista ganhar-se tempo para reinício dos trabalhos da próxima gestão;

Protocolado sob nº 710 o projeto de Lei Estadual de Agência de Bacia, pela Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, após a apresentação do Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, Sr. Hugo Marques da Rosa;

No dia 6 de dezembro passado, foi assinado no âmbito da UGP-PCJ, o contrato com o Consórcio Figueiredo Ferraz/COPLASA, para elaboração de estudo denominado "Concepção de Estudos de Apoio e Preparação do Programa de Investimentos para Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí", contrato este no valor de quase um milhão de reais, com prazo de 12 meses.

3.2 Da Secretaria Executiva

O Senhor Secretário, senhor Rui Brasil Assis, comunicou os seguintes itens:

Nesta reunião, a CESP encontra-se representada pelo Eng. Mariano J. Neto, e o município de Campinas está representado pela Eng^a. Adriana A. R. V. Isemburg;

Justificativa de ausência da Deputada Maria do Carmo Piunti;

Delata contatos efetuados entre os governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais, referentes a participação dos quatro municípios mineiros que situam-se dentro da bacia do rio Jaguari, na preservação dos mananciais;

Participação do Comitê, através da Secretaria Executiva e a Coordenação do Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico, em "WORKSHOP" sobre monitoramento hidrológico. Promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, em Salvador, Bahia, nos dias 2 e 3 de dezembro passado;

No dia 11 de dezembro passado, a Secretaria Executiva esteve em Brasília, a convite da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, para discutir o anteprojeto da Lei Nacional de Agências de Bacia.

4. Assuntos a Deliberar:

Por solicitação do Presidente, o Secretário Executivo inicia a apresentação dos assuntos a serem deliberados.

4.1 Realocação de recursos em indicações de financiamento ao FEHIDRO:

O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo um relato dos fatos que envolveram a matéria em discussão. O senhor Rui Brasil Assis, comentou que a alocação de verba do FEHIDRO, no valor de R\$ 500 mil (sem retorno), anteriormente destinada para "modernização da rede hidrológica", foi discutida pela Secretaria Executiva e Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico, decidindo-se recomendar a CETESB como tomadora deste recurso, para

aparelhamento de seu Laboratório de Análises de Qualidade das Águas, em Campinas, com o objetivo de efetuar análises não convencionais de qualidade, com prioridade para atender os municípios. Através deste programa de monitoramento prevê-se uma divulgação mais rápida dos dados aos Serviços Municipais de Água e Esgotos, possibilitando aos operadores de ETA, caso detectado a presença de algum parâmetro que não possa ser removido através do tratamento de água convencional, tomar decisões mais rapidamente, eventualmente até interrompendo a captação de água, se necessário.

Em seguida, o Secretário Executivo passa a palavra ao Eng. Armando Carlos Brandini, Gerente Regional da CETESB, a fim tecer comentários complementares sobre o funcionamento deste laboratório.

O Eng. Armando Carlos Brandini comenta que as soluções para resolver os problemas referentes aos recursos hídricos envolvem a ação de todos e o Comitê é o órgão adequado para estas discussões. Esclarece que face a facilidade de contato da CETESB com municípios e indústrias, isto propiciará agilidade nas respostas não só com relação ao monitoramento de rotina mas também nos casos de emergência.

O Sr. Francisco Ometto, representante do Sindicato Rural de Limeira, tomando a palavra, solicita esclarecimentos da CETESB quanto a necessidade de R\$500.000,00 para realização das análises pretendidas, visto tratar de um valor alto.

O Eng. Armando Carlos Brandini, esclarecendo a dúvida do Sr. Francisco Ometto, comenta que foi elaborada uma proposta onde consta não só a adequação do laboratório da CETESB-Campinas, mas também meios para realizar as coletas de amostras e capacitação dos técnicos envolvidos neste projeto. Foi comentado também, a situação do prédio onde atualmente encontra-se instalada a CETESB, em Campinas, por não se tratar de prédio próprio.

Não havendo mais considerações por parte dos presentes, o Secretário Executivo passa a palavra ao Presidente do CBH-PCJ, que coloca a Deliberação nº 41 em votação, sendo a mesma aprovada.

Após a aprovação da Deliberação, o Sr. J. Marco Pareja C., representante da Preservação, sugere comunicar todos os municípios abrangidos pelo Comitê da importância da implantação deste laboratório.

4.2 Procedimentos para efetivar a transição de mandato.

O senhor Presidente passa a tratar da próxima Deliberação, nº 42, que aprova procedimentos para efetivar a transição de mandato de representantes da sociedade civil e dirigentes do Comitê para o próximo período, necessidade de definição sobre o funcionamento do Comitê até a eleição dos novos

dirigentes e também sobre a Presidência, no decorrer deste período de transição.

Esclarece que todos os Comitês das diversas regiões do Estado estão equacionando o problema. E, da mesma forma que ocorreu no início de 1995, a idéia de consenso é proceder um recadastramento das entidades da sociedade civil na área de atuação do Comitê.

O senhor Rui Brasil Assis, a pedido da Presidência, explica que o estatuto não contempla definição referente ao processo de transição. Tendo em vista a necessidade de dar continuidade ao processo administrativo, tais como convocação de reuniões, recadastramento dos membros da sociedade civil, etc.; a Secretaria Executiva iniciou as discussões sobre este assunto no âmbito do Grupo Técnico de Planejamento, em reunião realizada no dia 6 de dezembro passado. Esclarece que não há mudanças dos membros do Estado e do municípios, apenas que há necessidade de definir, até a próxima eleição, quais os dezesseis municípios que terão direito a voto. No caso da sociedade civil, vai ocorrer um recadastramento, e posteriormente serão indicados os seus dezesseis representantes com direito a voto.

Em seguida, o Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, solicita ao Sr. Wilson A. Bonança, neste ato representando o Vice Presidente do Comitê, que faça um breve relato do que ficou acordado entre os participantes da reunião do GT-PL, referente a este assunto. Este relata que na reunião, constatou-se a lacuna existente no estatuto, não prevendo a eleição antecipada. Assim, foi proposto prorrogar o mandato da atual Diretoria, passando a Presidência a ser exercida, interinamente, pelo atual Vice Presidente e o Secretário Executivo mantido no mesmo período.

Retomando a palavra, o Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, esclareceu que a idéia é adotar um período de até 90 dias em que o mandato dos atuais representantes da sociedade civil ficam automaticamente prorrogados. Acrescenta que o recadastramento dos membros da sociedade civil será iniciado a partir de hoje, mediante divulgação da ficha de inscrição anexa ao material distribuído, e se encerrará em 10 de fevereiro de 1997. Depois será realizada a convocação de assembleias setoriais dos segmentos da sociedade civil, até a data limite de 28 de fevereiro de 1997, quando serão eleitos os dezesseis representantes da sociedade civil. Quanto aos Prefeitos eleitos, eles serão convidados para a próxima reunião do Comitê, já como membros, e deverão indicar seus suplentes a partir de janeiro de 1997. Até a data da eleição, os Prefeitos devem indicar seus representantes formais no Comitê.

Portanto, até 31 de março, terá que ser realizada a reunião, cuja pauta será a eleição dos novos dirigentes do Comitê.

Após várias manifestações, o Presidente comenta a alteração no Artigo 4º, da Deliberação nº 42.

O Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, consulta o Plenário sobre a fixação de data limite para o recadastramento da sociedade civil, tendo em vista os problemas enfrentados na vez anterior, quando entidades efetuaram seu recadastramento fora do prazo. Foi estabelecido, portanto, a data limite para recadastramento o dia 28 de fevereiro de 1997, inclusive considerando esta data como última para postagem no correio, da ficha de inscrição.

Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente coloca em votação a Minuta de Deliberação nº 42, com as alterações propostas, sendo aprovada por unanimidade.

A seguir foi colocada em discussão a proposta do Prefeito eleito de Piracicaba, Sr. Humberto de Campos, sugerindo a realização de reunião prévia entre Prefeitos e membros da sociedade civil para articularem as indicações de seus representantes a serem eleitos para a Diretoria do Comitê, sendo a proposta aprovada.

4.3 Manifestação sobre a proposta de “Revisão da Lei de Proteção dos Mananciais”;

O Presidente do CBH-PCJ, Sr. Antônio Carlos de Mendes Thame passa a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, que relata tratar-se de um assunto novo para esta região mas que vem sendo discutido há algum tempo na região metropolitana de São Paulo.

Esclarece que desde 1976, a região metropolitana de São Paulo tem uma lei de proteção dos mananciais que é muito polêmica, cujo perímetro da proteção dos mananciais coincide com a divisão político-administrativa dos municípios. Como muitos municípios próximos aos grandes mananciais que abastecem a região metropolitana queixavam-se das restrições impostas por esta lei, o Governo do Estado criou então, por decreto, uma comissão composta por vários órgãos para rever esta lei de proteção de mananciais. Esta comissão propôs, entre outras sugestões, que as áreas de proteção de mananciais tem de ser geridas no âmbito do sistema de recursos hídricos, pois apesar da pouca experiência, demonstrou-se que os Comitês de Bacia são instâncias organizadas, fortes e representativas, vinculando-se a gestão das áreas de proteção de mananciais com o sistema de recursos hídricos. Outra proposta desta comissão foi vincular os limites das áreas de proteção de mananciais à divisão hidrográfica.

O Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, acrescenta que esta comissão, criada para revisar a lei de proteção de mananciais, entendeu que São Paulo depende de mananciais que estão fora da região metropolitana, sendo o principal deles situado em nossa região, o Sistema Cantareira; assim sendo, eles resolveram estender esta lei para todo o Estado. Esta lei define como criar uma área de proteção de mananciais e atribui aos Comitês de Bacia que proponham áreas que devam ser regidas por uma lei específica de proteção e recuperação de mananciais.

Em seguida, é solicitado ao Eng. Francisco C.C. Lahóz, representando o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Capivari, que repita seus comentários efetuados na reunião do GT-PL e este inicia citando que a bandeira do Comitê sempre foi defender que os recursos fossem aplicados no local arrecadado e que qualquer liberação desse recurso deveria passar pelo seu Comitê de Bacias Hidrográficas. Analisada esta proposta de revisão de lei de proteção de mananciais, verifica-se que a autonomia do Comitê está sendo colocada em jogo, porque 60% dos recursos hídricos que a Grande São Paulo utiliza saem de nascentes desta região. O Eng. Francisco C. C. Lahóz acha ainda que, algo tramitar na Assembléia em regime de urgência, tendo sido analisada somente na região metropolitana de São Paulo é uma temeridade, que contraria os interesses desta região; portanto este assunto tem que ser melhor discutido neste região e sugeriu a realização de um "WORKSHOP" sobre este assunto nos próximos meses, apesar da dificuldade de organizá-lo, tendo em vista o período de transição do Comitê.

Em seguida, o Sr. Wilson A. Bonança, falando em nome dos usuários rurais, esclarece que questionando a Coordenadora da Comissão Especial, Sr^a. Lúcia de Sena, durante sua exposição perante o Grupo Técnico de Planejamento, esta respondeu que o levantamento dos estudos para embasar o trabalho da Comissão, restringiu-se somente a região metropolitana. Ressalta que, em sua opinião, trata-se de uma grande ousadia legislar para todo o Estado de São Paulo, sem consultar e ter dado oportunidade para serem feitas sugestões por parte das outras regiões envolvidas. Conclama a sociedade civil, principalmente os usuários rurais, a se manifestarem, e acrescenta que a mudança da lei é necessária mas não da forma como está sendo conduzida.

O Secretário Executivo, Sr. Rui Brasil Assis, complementando os comentários efetuados, propõe texto de Deliberação que informe ao executivo estadual o interesse deste Comitê em melhor discutir este assunto e divulgar proposta desta legislação aos Prefeitos eleitos, especialmente aqueles do Sistema Cantareira. Esclarece que se o Comitê tem interesse em propor aperfeiçoamentos a esta legislação, é necessário propor emendas e tendo em vista este período de transição, onde não serão realizadas mais reunião do Plenário do Comitê, a idéia é que o Grupo Técnico de Planejamento conduza estas discussões, com a participação do Presidente interino e dos municípios que queiram participar.

Após estas manifestações, o Sr. J. Marco Pareja C., representante da Preservação, enaltece o trabalho desta Comissão, indicada pelo Governador, e a coragem do Secretário do Meio Ambiente, Sr. Fábio Feldmann, em propor a alteração desta Lei.

O senhor Presidente coloca o assunto em discussão, e não havendo mais manifestações, coloca em votação a Deliberação CBH-PCJ nº 43/96, que define a forma de se enviar as contribuições e

propostas de revisão da Lei de Proteção aos Mananciais, sendo esta aprovada por unanimidade.

5. Outros assuntos :

O Presidente do CBH-PCJ, senhor Antônio Carlos de Mendes Thame, abre a palavra para manifestações.

O Prefeito Municipal de Amparo toma a palavra para manifestar-se quanto ao trabalho efetuado pelo Comitê nestes últimos quatro anos, comenta as obras de saneamento efetuados no município e a forma de condução para executar os projetos e obras referentes ao tratamento de esgotos sanitários, e finalmente, alerta aos novos Prefeitos sobre os problemas enfrentados pela realização de licitações para execução de obras.

Novamente, o Sr. J. Marco Pareja C., representante da Preservação, toma a palavra para sugerir convidar o Secretário do Meio Ambiente e o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo, para discutir o assunto referente a revisão da Lei de Proteção de Mananciais com a sociedade civil e municípios, e desde já coloca a cidade Limeira como local para sediar um encontro.

Retomando a palavra, o Sr. Antônio Carlos de Mendes Thame, Presidente do CBH-PCJ, ressalta que a partir do dia 1º de janeiro próximo, assume a Presidência, o Sr. Eduardo Lovo Paschoalotti, atual Vice Presidente.

O Sr. Antônio Doimo, representante do município de Corumbataí, falando aos Prefeitos eleitos, ressalta que através da participação efetiva nas reuniões do Comitê, foi possível obter verba necessária para realizar obras de saneamento na cidade.

6. Encerramento :

O Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo, o senhor Rui Brasil, que agradece a receptividade do Prefeito de Pedreira. O Presidente tece comentários sobre a atuação do trabalho conjunto, enaltece a capacidade das Câmaras Técnicas em dar o respaldo técnico às ações políticas dos Prefeitos. E estes por sua vez demonstraram a capacidade de não tomar decisões baseadas somente em ações voluntaristas. Em seguida, passa a palavra ao Prefeito de Pedreira, que agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Rui Brasil Assis
Secretário Executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti
Vice-Presidente

Antonio Carlos de Mendes Thame
Presidente